



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Mocajuba**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Mocajuba (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

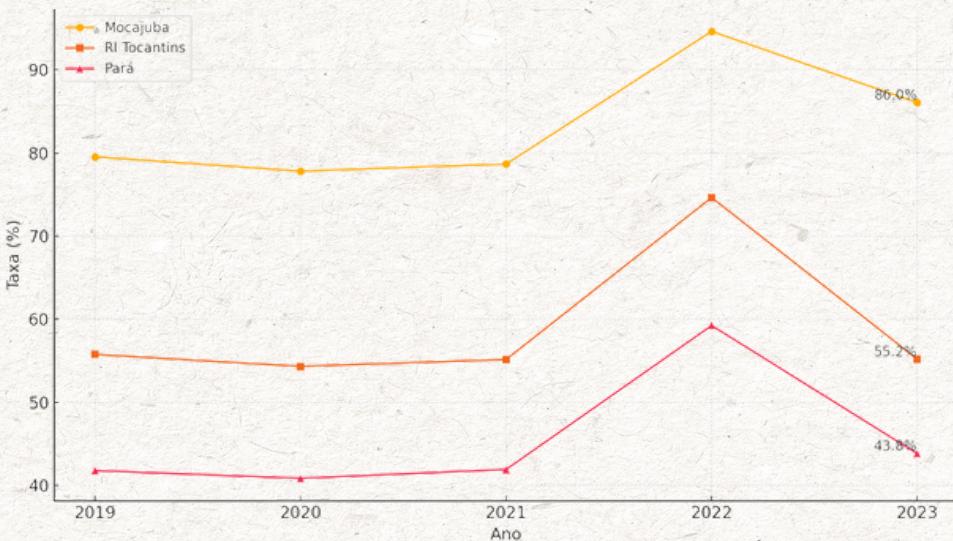
No município de Mocajuba, a taxa de pobreza apresentou uma relativa estabilidade entre 2019 e 2021, oscilando entre 78,0% e 79,0%. No entanto, em 2022 houve um salto expressivo, atingindo o pico de 95%, seguido por uma queda em 2023 para 86%, ainda assim um patamar elevado. Esse comportamento sugere um agravamento das condições socioeconômicas locais em 2022, possivelmente decorrente de impactos persistentes da pandemia ou de retrações em políticas de transferência de renda, seguido de um leve alívio em 2023 (Gráfico 1).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi semelhante, mas em menor magnitude. Após uma leve queda entre 2019 (56,0%) e 2020 (54,5%), a taxa voltou a crescer em 2021 e disparou em 2022, alcançando 74,5%. Em 2023, a taxa caiu para 55,2%, praticamente retomando o patamar inicial do período. Isso indica que, embora a região tenha sido impactada negativamente nos mesmos anos críticos, a recuperação foi mais efetiva em relação ao município de Mocajuba (Gráfico 1).





Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Mocajuba, o percentual das despesas públicas destinadas a serviços essenciais partiu de 69,8% em 2019 e manteve-se estável até 2020. A partir de 2021, observou-se um aumento progressivo, atingindo 71,4% e permanecendo nesse patamar em 2022. Em 2023, houve um salto mais acentuado, alcançando 73,7%. Esse crescimento gradual pode indicar maior prioridade dada às áreas fundamentais como saúde, educação e assistência social, o que pode ter sido uma resposta aos desafios sociais intensificados no período (Gráfico 2).

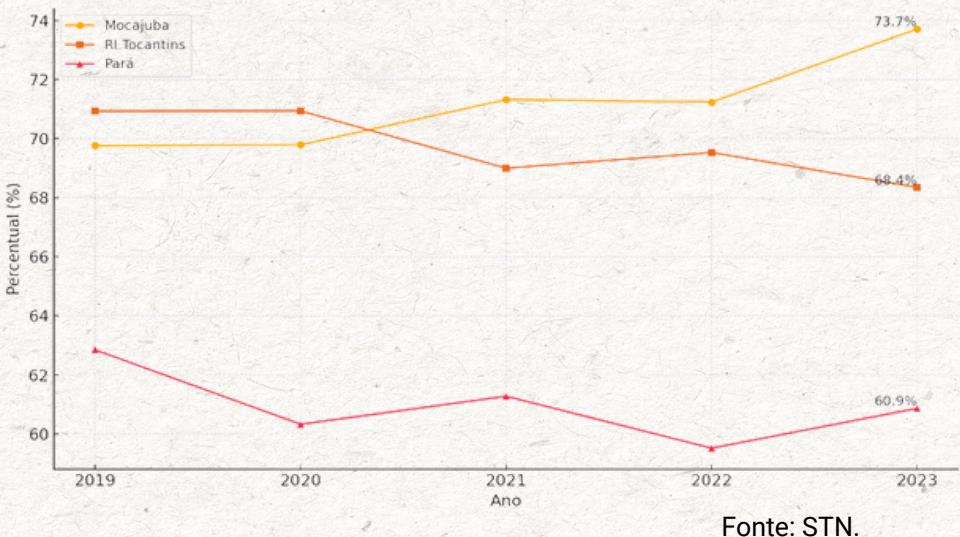
Na RI Tocantins, a trajetória foi inversa. Em 2019 e 2020, o índice manteve-se constante em 71,0%. A partir de 2021, passou a declinar, atingindo 68,4% em 2023. Essa redução pode sinalizar uma redistribuição orçamentária para áreas não classificadas como serviços essenciais ou restrições fiscais que impactaram negativamente os investimentos prioritários. O contraste com Mocajuba sugere dinâmicas orçamentárias distintas mesmo dentro da mesma região (Gráfico 2).

No Pará, o comportamento também foi de relativa oscilação, com o percentual par-

tendo de 62,7% em 2019, caindo para 60,3% em 2020 e mantendo-se próximo desse valor nos anos seguintes, com ligeira alta para 60,9% em 2023. Esse padrão indica certa rigidez no orçamento estadual quanto à ampliação de despesas essenciais, o que pode estar relacionado à pressão de gastos com outras funções governamentais ou à limitação de receitas, especialmente em anos pós-crise sanitária (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Mocajuba, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou significativa oscilação no período de 2019 a 2023. A taxa iniciou em 8,7% em 2019, registrou uma queda expressiva para 5,8% em 2020, possivelmente refletindo variações pontuais no registro ou melhora transitória nas condições pré-natais. No entanto, houve uma alta abrupta em 2021, atingindo o pico de 10,6%, seguida por uma nova redução nos anos seguintes, fechando em 7,0% em 2023. Essa volatilidade pode indicar fragilidade nos serviços de atenção pré-natal, inconsistências nos dados ou vulnerabilidade de grupos específicos da população (Gráfico 3).

Na Região de Integração To-

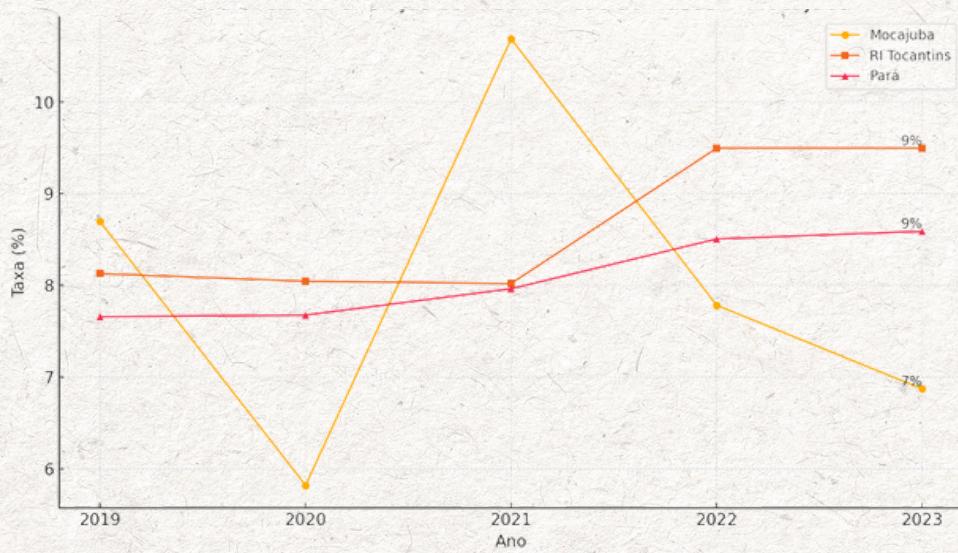
cantins, o comportamento foi mais estável, oscilando levemente em torno de 8,1% entre 2019 e 2021, mas com um aumento notável para 9,4% em 2022, mantendo-se nesse patamar em 2023. Esse crescimento recente pode estar relacionado a retrocessos nos indicadores de saúde materno-infantil na região, com eventuais impactos da pandemia sobre o acompanhamento de gestantes. O fato de a região não ter retornado aos níveis anteriores em 2023 sugere que os efeitos podem ser persistentes e demandar ações específicas de atenção básica (Gráfico 3).

Já no estado do Pará, a taxa começou em 7,7% em 2019 e apresentou crescimento progressivo ao longo do período,

chegando a 9% em 2023. Embora o aumento seja mais moderado do que em Mocajuba e na RI Tocantins, ele revela uma tendência de agravamento contínuo da condição nutricional neonatal em nível estadual. A elevação sustentada pode indicar limitações estruturais no acompanhamento pré-natal e na qualidade da assistência ao parto em diversas regiões do estado, o que reforça a importância de políticas públicas integradas para reverter esse quadro (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

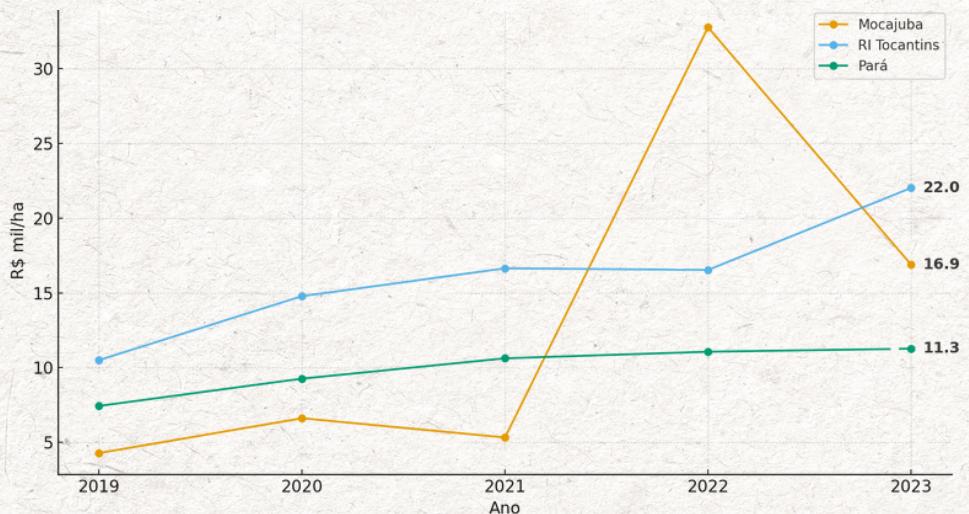


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, Mocajuba apresentou forte oscilação na produtividade agrícola. O indicador iniciou em R\$ 4,2 mil/ha em 2019, subiu para R\$ 6,4 mil/ha em 2020 e recuou ligeiramente para R\$ 5,3 mil/ha em 2021. Em 2022 ocorreu um salto expressivo, atingindo R\$ 32,8 mil/ha, valor quase seis vezes superior ao de 2019, possivelmente influenciado por safra atípica ou aumento de preços de mercado. Já em 2023 houve retração acentuada para R\$ 16,9 mil/ha, mas ainda mantendo patamar acima do início da série (Gráfico 4).

O desempenho de Mocajuba, embora volátil, indica capacidade produtiva sensível a fatores conjunturais, como variações climáticas e valorização de culturas específicas. A despeito da queda recente, o município encerra o período com produtividade quatro vezes maior que em 2019. Comparativamente, superou a média estadual de R\$ 11,3 mil/ha e se manteve abaixo do pico observado na Região de Integração Tocantins (R\$ 22,0 mil/ha). Essa instabilidade reforça a necessidade de políticas de diversificação e estabilização produtiva (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Mocajuba, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma trajetória bastante irregular ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019, o município iniciou com 15,2 por mil nascidos vivos, caindo significativamente para 12,5 em 2020. No entanto, essa tendência positiva foi revertida nos anos seguintes, com forte elevação em 2021 (17,2) e um pico preocupante em 2022 (20,0). Em 2023, houve uma queda expressiva para 12,0, o menor valor do período. Essa oscilação pode refletir fragilidades na continuidade da atenção básica e hospitalar infantil, agravadas possivelmente por fatores conjunturais como a pandemia e limitações no acesso a cuidados de saúde nos primeiros anos de vida (Gráfico 5).

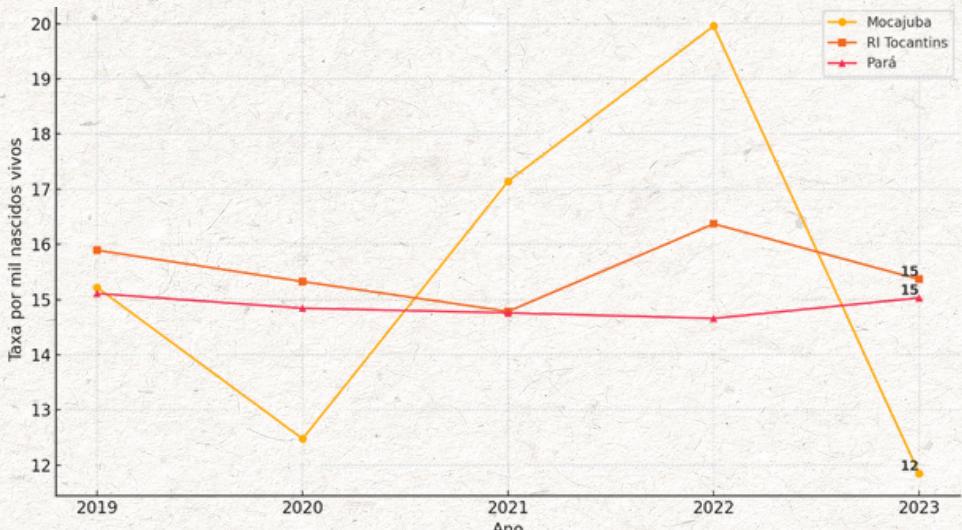
Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi mais estável, embora também com variações. A taxa começou em 15,9 em 2019 e caiu progressivamente até 14,8 em 2021, mas voltou a subir em 2022 para 16,4, encerrando 2023 com um leve recuo para 15,0. Apesar da retomada da queda no último ano, os números indicam que a região ainda apresenta desafios estruturais no cuidado à saúde infantil. O aumento em 2022 pode ter sido impactado por limitações no sistema de saúde regional no contexto pós-pandêmico, além de fatores como saneamento e acesso a serviços de urgência e emergência (Gráfico 5).





O estado do Pará apresentou maior estabilidade entre 2019 e 2022, com uma variação estreita entre 15,2 e 14,7, e registrou um leve aumento em 2023, retornando ao valor inicial de 15 por mil nascidos vivos. Esse comportamento indica que, embora os desafios na saúde infantil persistam, o estado conseguiu manter relativa constância nos indicadores, o que pode sinalizar maior capacidade de gestão da rede pública de saúde em comparação ao município e à RI. Ainda assim, o fato de a taxa não ter diminuído de forma relevante no quinquênio sugere a necessidade de políticas mais incisivas para reduzir a mortalidade neonatal e pós-natal (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Mocajuba, o número de médicos por 10 mil habitantes manteve-se muito baixo e praticamente estagnado ao longo do período. Em 2019 e 2020, a taxa permaneceu em 2,9, com uma leve queda para 2,6 em 2021. Em 2022, houve um salto para 3,6, mas em 2023 o número recuou para 3,0, retornando ao patamar próximo do início da série. Essa baixa densidade médica reflete a escassez de profissionais de saúde nas áreas mais periféricas e interiorizadas da Amazônia, o que impacta diretamente a qualidade e a continuidade da atenção à saúde da população local, inclusive com possíveis repercussões nos indicadores de mortalidade infantil e baixo peso ao nascer

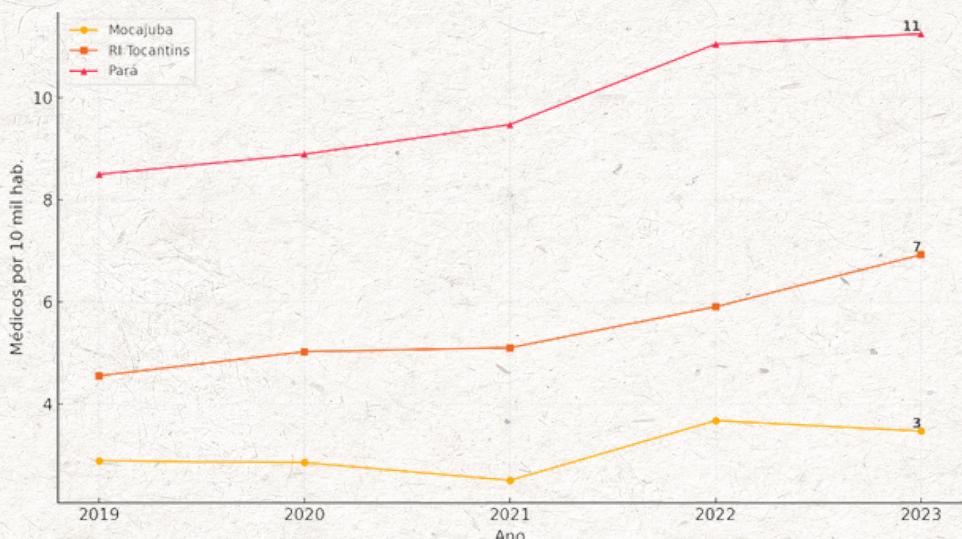
(Gráfico 6).

Na RI Tocantins, observa-se uma melhora gradual, embora os números ainda estejam aquém do ideal. A taxa cresceu de 4,6 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 7,0 em 2023, com progressões graduais e contínuas ao longo do período. Esse crescimento pode ser resultado de políticas de interiorização da medicina, programas de provimento de profissionais como o "Mais Médicos", e possíveis investimentos regionais em infraestrutura de saúde. Ainda assim, os valores permanecem abaixo da média estadual, indicando que há margem significativa para expansão da força de trabalho médica na região (Gráfico 6).



Já o estado do Pará apresentou os melhores resultados no indicador, com um crescimento constante e consistente: partiu de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e atingiu 11,0 em 2023. Esse aumento indica um avanço relevante na capacidade de oferta de serviços médicos, ainda que distribuídos de forma desigual entre os municípios. A tendência positiva revela os esforços do estado em ampliar sua cobertura médica, o que pode contribuir para a estabilização ou redução de indicadores críticos de saúde pública, como a mortalidade infantil (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Mocajuba, o número de vagas no ensino público por mil habitantes iniciou o período em um patamar elevado (291,0 em 2019), apresentando queda em 2020 (278,0) e estabilização em 2021. Em 2022, ocorreu um aumento expressivo, alcançando 320 vagas por mil habitantes, seguido de nova queda em 2023 para 280. Essa variação pode refletir tanto flutuações no número de matrículas quanto oscilações demográficas ou reorganizações na rede de ensino local, indicando uma tentativa de expansão em 2022 que não foi sustentada no ano seguinte (Gráfico 7).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi mais moderado. A taxa caiu de 245 vagas por mil ha-

bitantes em 2019 para 236 em 2020 e 2021, subindo levemente em 2022 (246) e recuando novamente em 2023 para 219. Essa tendência sugere uma redução contínua da capacidade de atendimento da rede pública ou um declínio da demanda, possivelmente relacionado a migração escolar, queda da população em idade escolar ou restrições orçamentárias que afetaram a manutenção e ampliação da oferta educacional (Gráfico 7).

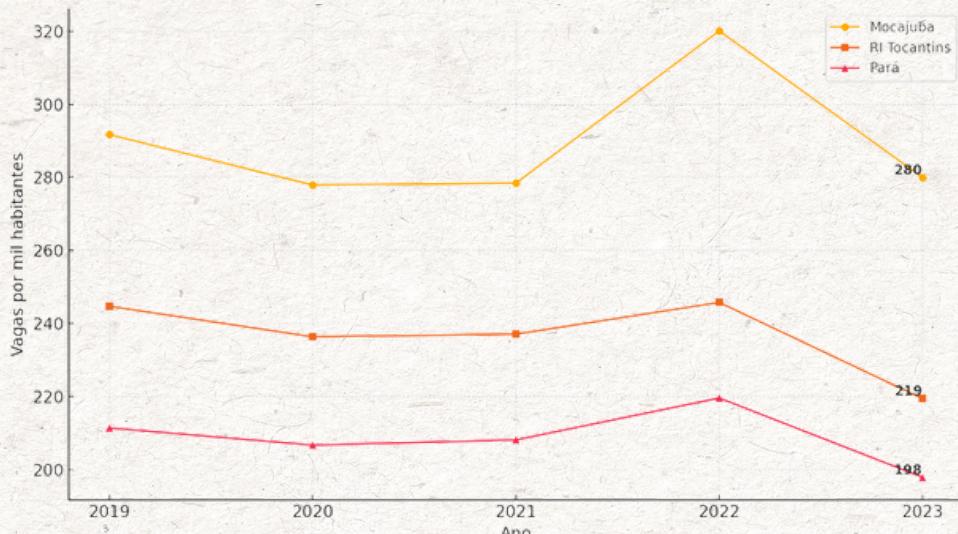
No estado do Pará, o número de vagas no ensino público por mil habitantes foi o mais baixo entre os três níveis analisados, iniciando em 212 em 2019 e oscilando levemente nos anos seguintes, com um pico de 219 em 2022 e queda para 198 em 2023. A queda



no último ano reforça uma tendência preocupante de retração na oferta educacional relativa à população, o que pode impactar negativamente a universalização do acesso à educação básica, sobretudo em áreas periféricas e rurais (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 280 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Mocajuba apresentou uma transformação marcante no percentual de escolas com acesso à internet ao longo do período analisado. Em 2019, apenas 27,7% das escolas dispunham de conexão, valor que se manteve próximo nos anos seguintes até 2021. Em 2022, houve um salto abrupto para 94,1%, possivelmente impulsionado por políticas emergenciais de conectividade escolar em resposta à pandemia. Em 2023, apesar de uma leve retração, o percentual permaneceu alto (81,8%), consolidando uma mudança estrutural significativa no panorama tecnológico das unidades escolares do município (Gráfico 8).

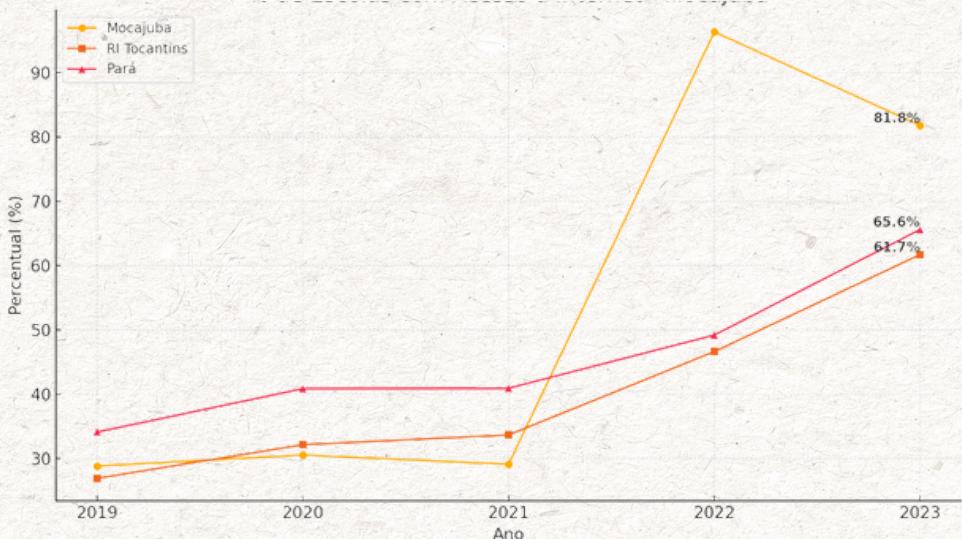
Na RI Tocantins, a evolução foi mais gradual. O percentual partiu de 28,6% em 2019, cresceu moderadamente até 33,8% em 2021, e registrou um avanço mais expressivo em 2022 (47,5%), alcançando 61,7% em 2023. A tendência é de progresso contínuo na conectividade escolar, embora em ritmo mais lento que Mocajuba, revelando desigualdades dentro da própria região e desafios persistentes na universalização do acesso à internet nas escolas públicas (Gráfico 8).

O estado do Pará, por sua vez, iniciou com 34,2% das escolas conectadas em 2019 e avançou para 41,0% em 2020 e 2021. Em 2022, houve

um salto para 48,9%, seguido por um aumento mais substancial em 2023, atingindo 65,6%. O crescimento constante, embora menos acelerado que no município de Mocajuba, demonstra que o estado vem implementando estratégias para reduzir o hiato digital nas escolas públicas. Contudo, a distância em relação ao ideal permanece significativa, exigindo continuidade de investimentos em infraestrutura tecnológica e formação digital (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

No município de Mocajuba, os dados registrados indicam ausência de notificações de violência contra a mulher praticada por parceiros durante todo o período de 2019 a 2023, com taxa de zero casos por 100 mil habitantes. Embora isso possa parecer positivo à primeira vista, é provável que essa ausência reflita subnotificação, invisibilidade institucional do problema ou limitações na estrutura de acolhimento e registro de casos, especialmente em municípios de pequeno porte e com rede de proteção social fragilizada (Gráfico 9).

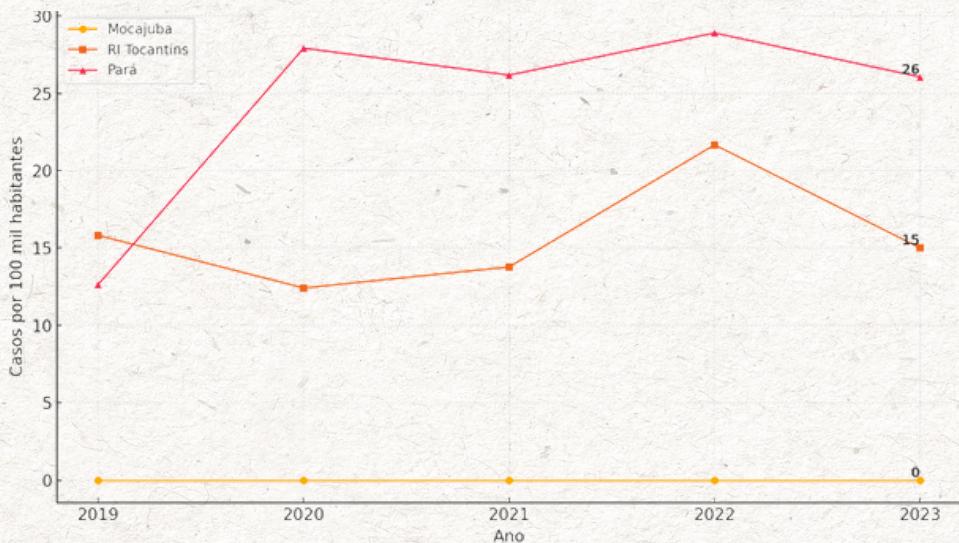


Na Região de Integração Tocantins, a taxa partiu de 15,8 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 12,5 em 2020 e oscilou levemente até 2021. Em 2022, houve um pico expressivo, com aumento para 21,7 casos, seguido de recuo em 2023 (15,0). Essa variação pode refletir tanto maior conscientização e registro dos casos quanto agravamento real da violência doméstica durante e após a pandemia. O crescimento abrupto em 2022 pode estar associado a impactos socioeconômicos prolongados e ao aumento da exposição das vítimas em contextos familiares conflituosos (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Já no estado do Pará, o indicador mostrou tendência crescente desde 2019, quando a taxa era de 12,6 casos, alcançando o pico de 29,0 em 2022, e encerrando 2023 com 26,0. Esse comportamento revela uma ampliação importante dos registros, que pode estar associada à maior capilaridade das políticas de proteção à mulher e melhoria na capacidade de denúncia e coleta de dados. No entanto, também evidencia a persistência de um problema estrutural de violência de gênero, exigindo políticas públicas coordenadas entre segurança, assistência e justiça (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Mocajuba, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres apresentou significativa variação ao longo do período. Em 2019, o índice era de 28,6%, caindo ligeiramente em 2020 (27,1%). No entanto, em 2021 ocorreu um salto expressivo para 43,0%, seguido de recuo para 35,7% em 2022 e leve recuperação em 2023 (37,5%). Essa flutuação pode indicar instabilidade nas oportunidades de liderança feminina no setor público ou privado local, refletindo possíveis mudanças de gestão ou políticas institucionais voltadas à equidade de gênero de forma ainda não consolidada (Gráfico 10).

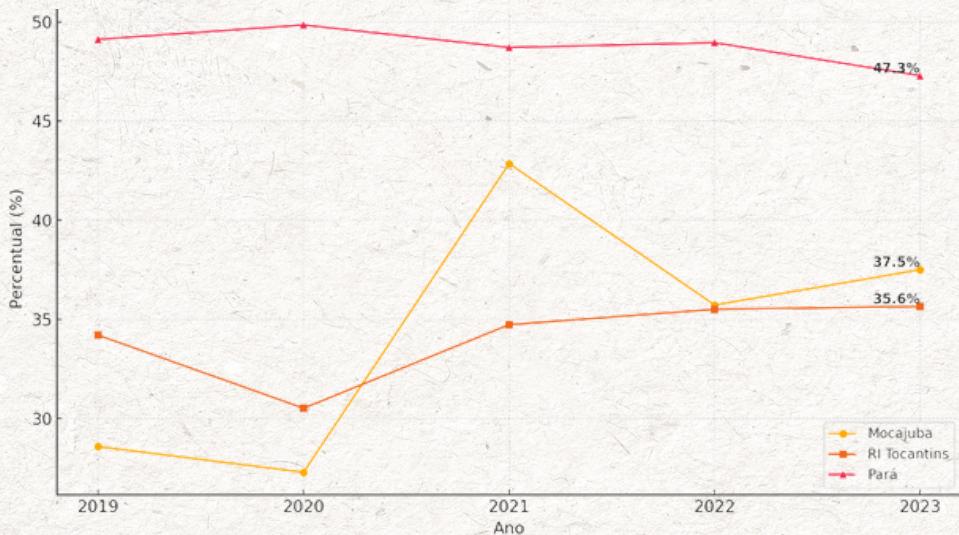




Na RI Tocantins, os percentuais se mantiveram mais estáveis, partindo de 34,2% em 2019 e registrando uma leve queda em 2020 (30,5%). A partir de então, houve crescimento gradual, atingindo 35,6% em 2023. A trajetória indica avanços modestos e consistentes na presença feminina em posições de comando na região, embora os níveis ainda estejam abaixo da paridade. A continuidade dessa tendência dependerá de ações afirmativas voltadas à formação, qualificação e valorização das mulheres no mercado de trabalho (Gráfico 10).

No Pará, o indicador foi o mais alto e estável entre os três recortes. A participação feminina nos cargos gerenciais iniciou em 49,1% em 2019, atingindo 49,7% em 2020, e oscilando levemente nos anos seguintes, finalizando 2023 em 47,3%. Esses valores sugerem que o estado mantém um equilíbrio próximo da igualdade de gênero em cargos de liderança, o que pode ser fruto de políticas estaduais estruturadas de inclusão. Contudo, a leve redução recente merece atenção para que não haja retrocesso nos ganhos já consolidados (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Mocajuba, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou leve crescimento ao longo dos cinco anos, saindo de 1,4% em 2019 para 1,9% em 2023. Apesar do avanço, os valores absolutos permanecem extremamente baixos, indicando uma cobertura sanitária bastante limitada para os grupos mais vulneráveis. O pico de 2,0% foi registrado em 2022, seguido por uma pequena queda, o que pode refletir descontinuidade de políticas ou dificuldades operacionais em manter ou expandir a infraestrutura de esgotamento (Gráfico 11).

Na Região de Integração Tocantins, o cenário é semelhante em termos de baixa cobertura. A taxa variou pouco no período, começando em 1,1% em 2019 e chegando a 1,4% em 2023. A estagnação evidencia a ausência de avanços estruturais relevantes, o que pode estar associado à escassez de investimentos regionalizados ou à baixa priorização da universalização da coleta de esgoto nas áreas de baixa renda. Mesmo com pequenas oscilações positivas, os números indicam que a maior parte da população vulnerável da re-

gião continua desassistida em termos de saneamento básico (Gráfico 11).

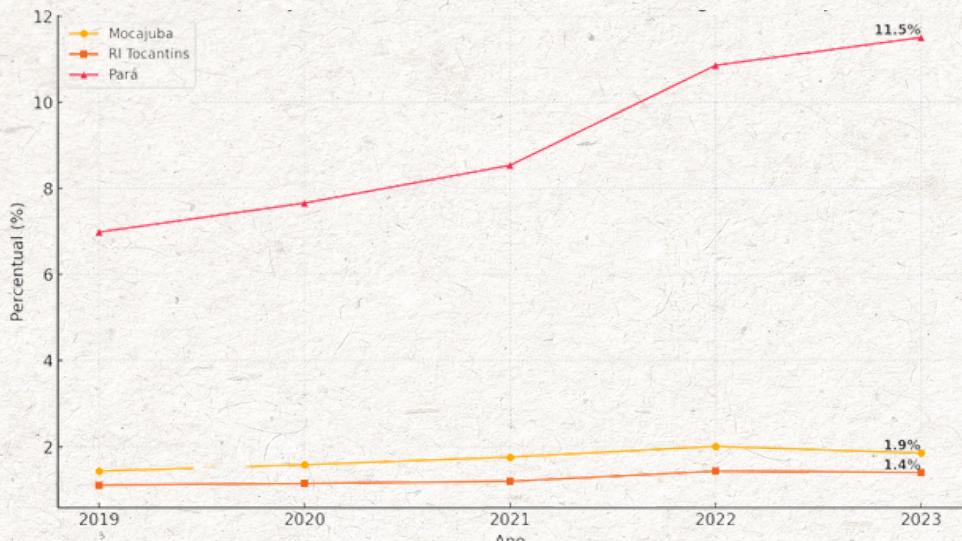
Por outro lado, o estado do Pará apresentou evolução mais significativa, embora também partindo de uma base baixa. Em 2019, 7,0% da população de baixa renda contava com coleta de esgoto, e esse percentual cresceu progressivamente até atingir 11,5% em 2023. Ainda que a cobertura permaneça insuficiente frente às necessidades, especialmente em áreas urbanas periféricas e comunidades ribeirinhas, a tendência positiva sugere



que houve maior esforço estadual em promover a expansão dos serviços de saneamento, possivelmente impulsionado por programas de infraestrutura urbana e habitação social (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Mocajuba, o gasto per capita com saneamento básico cresceu de forma tímida e inconstante ao longo do período. O município investiu apenas R\$ 3 por habitante em 2019, chegando a R\$ 12 em 2021, mas retrocedeu para R\$ 9 em 2023. Esses valores são significativamente inferiores aos demais recortes analisados e revelam uma baixa capacidade fiscal ou institucional para enfrentar as deficiências no setor. A ausência de crescimento sustentado nos investimentos compromete a expansão da infraestrutura e a melhoria dos indicadores sanitários locais (Gráfico 12).

A RI Tocantins, por sua vez, apresentou uma trajetória mais consistente. Iniciando com R\$ 27 por habitante em 2019, houve uma pequena retração

nos anos seguintes, mas os investimentos voltaram a crescer a partir de 2022, alcançando novamente R\$ 27 em 2023. Essa retomada pode estar associada a reprogramações orçamentárias, captação de recursos externos ou redefinição de prioridades de política pública. Apesar dos avanços, os montantes ainda são modestos diante da demanda por serviços universais e de qualidade (Gráfico 12).

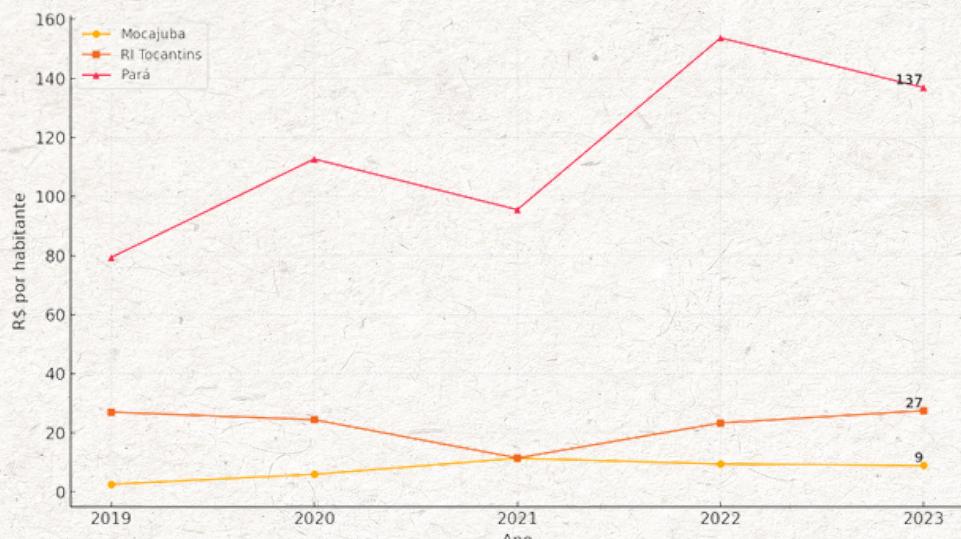
No estado do Pará, o volume de gastos foi consideravelmente superior, revelando maior capacidade de investimento. O gasto per capita saiu de R\$ 80 em 2019 e atingiu um pico de R\$ 153 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 137. Essa evolução sinaliza esforços consistentes do governo estadual em ampliar os investi-

timentos em saneamento, o que pode explicar, em parte, o crescimento observado na coleta de esgoto entre a população de baixa renda. A oscilação nos valores, especialmente a queda entre 2022 e 2023, sugere, no entanto, a necessidade de planejamento mais estável e contínuo para assegurar os avanços conquistados (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



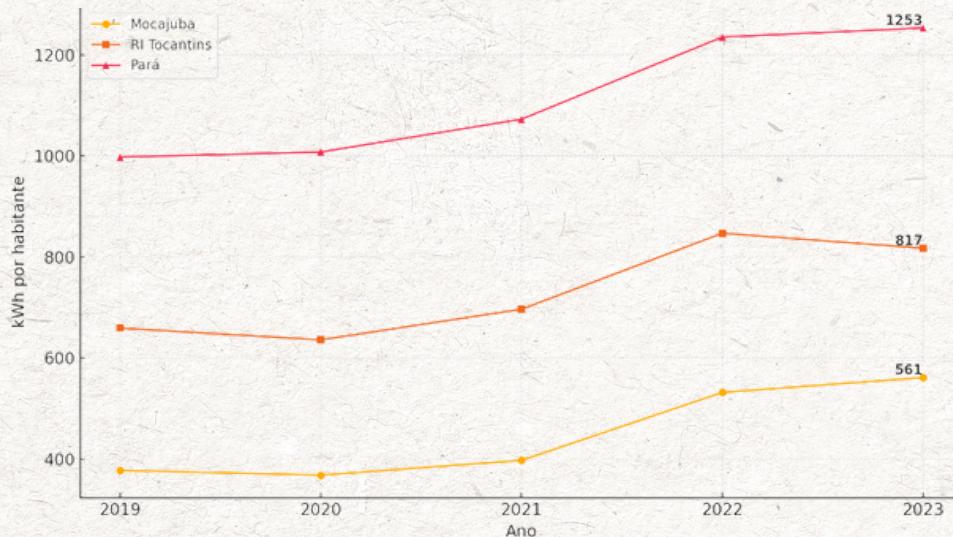
Em Mocajuba, o consumo médio de energia elétrica por habitante iniciou em 2019 com 373 kWh/hab. e manteve estabilidade em 2020. A partir de 2021, observa-se um crescimento gradual, com destaque para o salto entre 2021 e 2022, atingindo 532 kWh/hab., seguido por um leve aumento em 2023, encerrando em 561 kWh/hab. Esse aumento pode refletir a ampliação do acesso à eletricidade, maior urbanização ou inclusão de novas famílias à rede formal, além de uma possível elevação do uso de eletrodomésticos e tecnologias (Gráfico 13).



Na Região de Integração Tocantins, o consumo per capita também apresentou crescimento, saindo de 665 kWh/hab. em 2019 para um pico de 851 em 2022, seguido de leve recuo para 817 kWh/hab. em 2023. A trajetória é ascendente, ainda que com variações discretas, refletindo maior estabilidade de consumo energético no território regional. Esses dados sugerem que, apesar das melhorias, Mocajuba ainda consome bem menos energia per capita que a média da sua RI, indicando uma defasagem no acesso pleno a serviços que dependem de eletricidade (Gráfico 13).

O estado do Pará apresentou os maiores patamares de consumo entre os três níveis territoriais. O consumo iniciou em 995 kWh/hab. em 2019 e avançou progressivamente até alcançar 1.253 kWh/hab. em 2023. Esse crescimento sustentado demonstra avanços generalizados no acesso à energia elétrica e seu uso na rotina das famílias, indústria e serviços. O desempenho estadual, significativamente superior ao de Mocajuba, revela desigualdades no acesso ao consumo energético, especialmente quando se trata de populações interioranas e de menor renda (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 561 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Mocajuba iniciou o período com 12,3% dos domicílios de baixa renda utilizando fontes fósseis de iluminação, como querosene ou lamparinas. A partir de 2020, houve redução contínua, chegando a 9,5% em 2023. Embora o ritmo de queda seja positivo, o percentual ainda é elevado e evidencia que quase 1 em cada 10 domicílios de baixa renda ainda depende de formas precárias e poluentes de iluminação. Essa situação aponta para desigualdades no acesso à energia elétrica de qualidade, especialmente em áreas isoladas ou rurais (Gráfico 14).



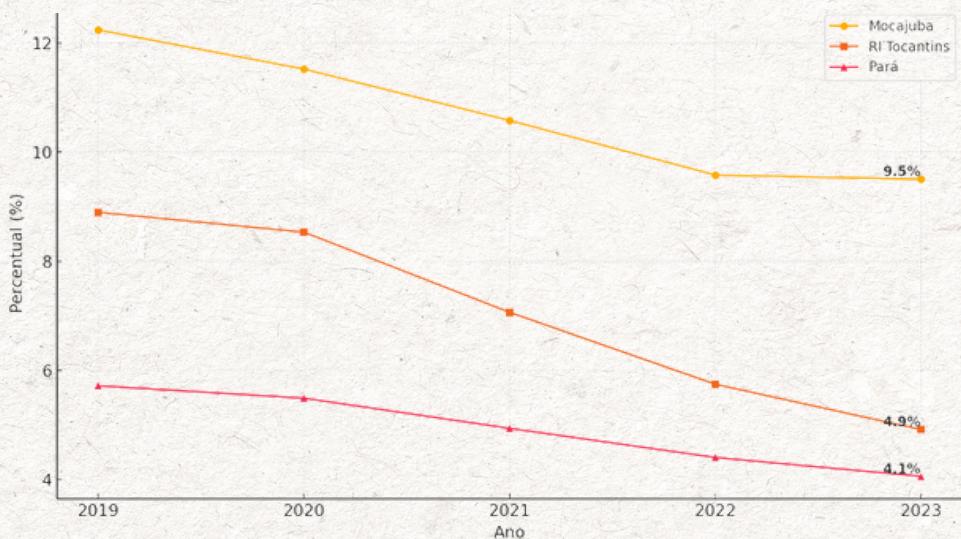
Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi semelhante, com o indicador diminuindo de 8,9% em 2019 para 4,9% em 2023. A trajetória de queda também é constante, o que sugere esforços regionais coordenados para ampliar o acesso à energia elétrica, especialmente nas áreas mais pobres. No entanto, o patamar final ainda reflete um desafio relevante, principalmente se comparado aos níveis estaduais, indicando a necessidade de políticas públicas mais focalizadas em comunidades isoladas ou rurais (Gráfico 14).

O estado do Pará também apresentou trajetória de queda,

saindo de 5,7% em 2019 e chegando a 4,1% em 2023. Embora o valor final seja o menor entre os três recortes, a redução foi menos acentuada em termos percentuais. Isso pode indicar que os esforços estaduais conseguiram estabilizar a situação, mas que as populações mais vulneráveis, sobretudo em territórios remotos, seguem enfrentando barreiras de acesso à rede elétrica convencional. A persistência de qualquer nível de iluminação fóssil reforça a necessidade de políticas públicas que aliem infraestrutura, subsídios e inclusão energética (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2023, o município de Mocajuba apresentou um comportamento oscilante no indicador de empregos formais por mil habitantes. Em 2019, o valor era de aproximadamente 64, mas caiu para cerca de 51 em 2020, possivelmente refletindo os impactos iniciais da pandemia da COVID-19. Houve uma recuperação moderada em 2021 (cerca de 59), seguida por um pico em 2022 (aproximadamente 77), que sugere uma retomada econômica. No entanto, em 2023 o índice recuou novamente para 53, indicando uma instabilidade na formalização do mercado de trabalho local (Gráfico 15).

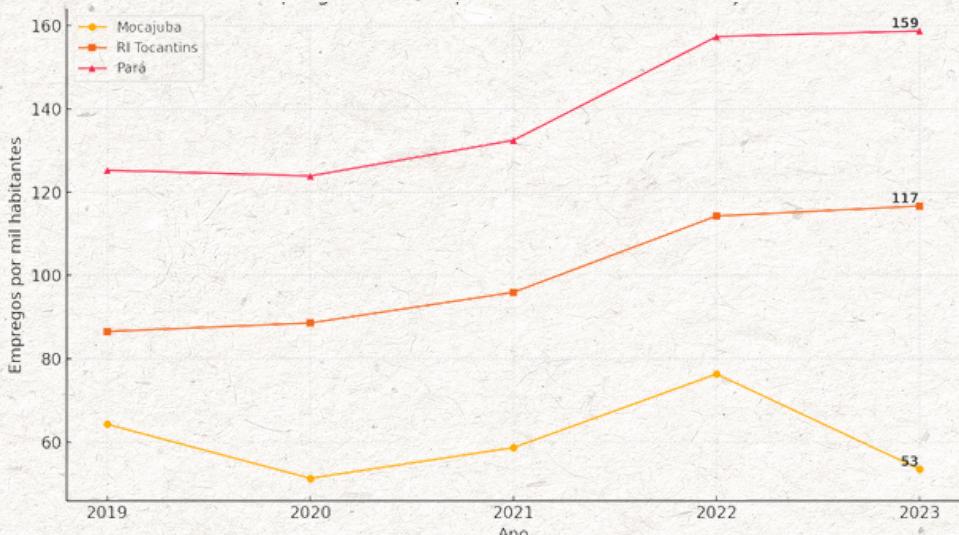
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na escala da Região de Integração do Tocantins, da qual Mocajuba faz parte, o crescimento foi mais contínuo ao longo do período analisado. Em 2019, o índice estava em torno de 87 empregos formais por mil habitantes e, mesmo com ligeira variação em 2020, manteve trajetória ascendente, atingindo 96 em 2021 e alcançando 117 em 2023. Essa evolução revela uma maior resiliência e capacidade de recuperação da economia regional frente às adversidades, especialmente quando comparada à volatilidade observada em Mocajuba (Gráfico 15).

No contexto estadual, o Pará como um todo registrou os melhores desempenhos em termos absolutos ao longo do período. Com uma base de aproximadamente 125 empregos por mil habitantes em 2019, o estado manteve-se relativamente estável em 2020 e iniciou uma trajetória de



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



saltando de R\$ 18.900 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, possivelmente impulsionado por grandes empreendimentos industriais e extrativistas localizados em áreas estratégicas (Gráfico 16).

Entre 2018 e 2022, o PIB per capita de Mocajuba evoluiu de

R\$ 9.593 para R\$ 19.613, representando um crescimento acumulado de 104,5%. O indicador subiu para R\$ 12.342 em 2019 e alcançou R\$ 15.826 em 2020, com um incremento expressivo de 28,3% em relação ao ano anterior. Em 2021, houve retração, com o valor recuando para R\$ 14.235, refletindo uma queda de 10%. Em 2022, o município registrou forte recuperação, atingindo o maior valor da série. Esse avanço foi de 37,8% em relação ao ano anterior. O comportamento oscilante revela certa vulnerabilidade econômica ao longo do período (Gráfico 16).

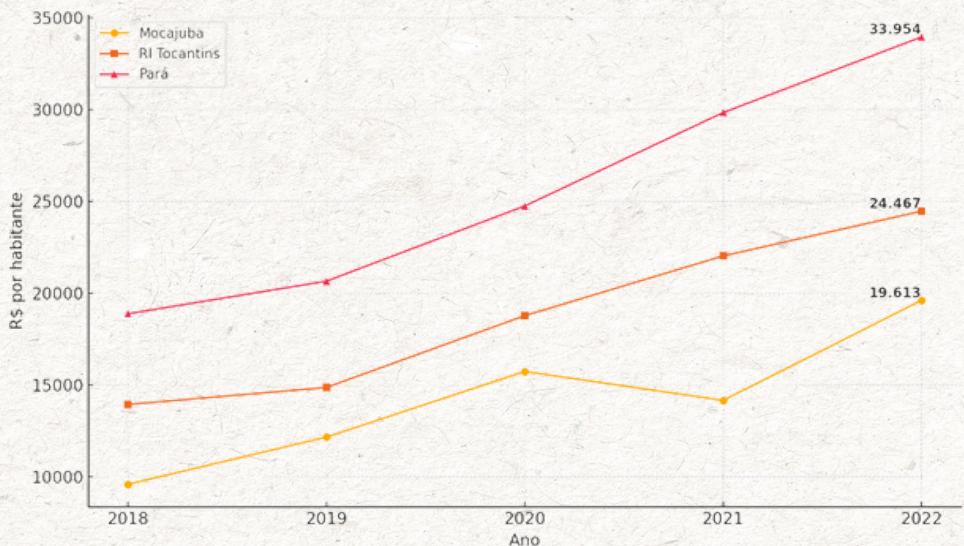
crescimento mais acentuado a partir de 2021. Em 2022, o valor saltou para 158 e seguiu com leve alta em 2023, chegando a 159. Esses dados apontam para um ambiente estatudal favorável à formalização, o que pode estar atrelado à concentração de atividades econômicas mais estruturadas nos centros urbanos e políticas públicas com maior capitalização (Gráfico 15).

O indicador de PIB per capita, entre 2018 e 2022, revelou um crescimento significativo em todas as três esferas territoriais analisadas. No município de Mocajuba, o valor cresceu de aproximadamente R\$ 9.500 em 2018 para R\$ 19.613 em 2022, representando um avanço expressivo, embora tenha havido uma leve retração em 2021. A Região de Integração do Tocantins, por sua vez, apresentou uma trajetória estável de crescimento, passando de cerca de R\$ 13.900 para R\$ 24.467 no mesmo período. Já o estado do Pará teve a maior expansão relativa e absoluta,



Na Região de Integração Tocantins, o PIB per capita passou de R\$ 13.932 em 2018 para R\$ 24.467 em 2022, com crescimento acumulado de 75,7%. A trajetória foi constante, com aumento para R\$ 14.870 em 2019 e R\$ 18.840 em 2020. Em 2021, o indicador atingiu R\$ 22.077 e, em 2022, R\$ 24.467, consolidando um desempenho estável e crescente. O estado do Pará apresentou crescimento expressivo no PIB per capita, passando de R\$ 18.926 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Essa variação representa um incremento de 79,4% no período. Em 2019, o valor subiu para R\$ 20.677 e, em 2020, alcançou R\$ 24.780. Em 2021, manteve o ritmo de crescimento ao atingir R\$ 29.877 e, em 2022, obteve o maior valor da série (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19.613/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



No estado do Pará, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB teve crescimento contínuo entre 2018 (28%) e 2022 (45%). Esse avanço indica fortalecimento da participação industrial na composição da economia estadual, refletindo o aumento da produção mineral, metalúrgica e de transformação, além de investimentos em infraestrutura e logística que favoreceram a expansão de atividades industriais intensivas. Tal contexto contribui para explicar, também, o crescimento do PIB per capita no mesmo intervalo (Gráfico 17).

A Região de Integração Tocantins também demonstrou expansão relevante no setor industrial, com o valor adicionado passando de 19,8% para 29,2% do PIB. O salto mais acentuado ocorre entre 2019 e 2020, sinalizando possíveis investimentos em indústrias de base ou transformação em polos regionais. Essa trajetória aponta para uma crescente industrialização relativa, provavelmente com base em estruturas de beneficiamento primário e integração com os fluxos produtivos de municípios vizinhos (Gráfico 17).

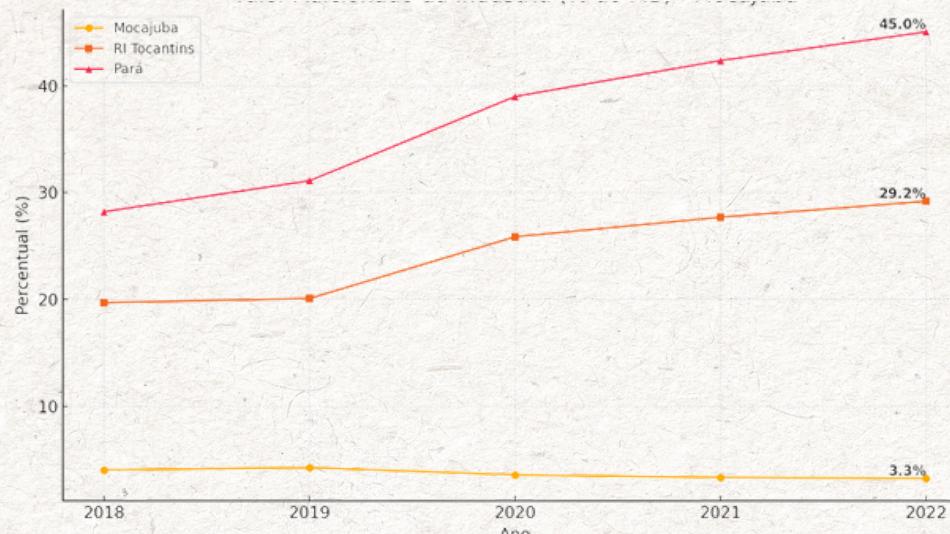
Já Mocajuba manteve-se pra-

ticamente estagnada no indicador, oscilando de 3,9% em 2018 para 3,3% em 2022. Isso indica uma economia fortemente dependente de outros setores, como o comércio, serviços públicos ou agropecuária primária, com participação industrial residual. A baixa inserção industrial limita o dinamismo econômico e a geração de empregos qualificados, além de expor o município a maior vulnerabilidade frente a variações externas de preço e demanda por produtos primários. O desafio, nesse contexto, é diversificar a base produtiva e promover políticas de atração de investimentos industriais sustentáveis (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes no estado do Pará cresceu de forma consistente, passando de aproximadamente 16,7 para 21. Esse avanço indica uma ampliação progressiva da presença de pesquisadores, cientistas e profissionais com atuação em áreas científicas, o que pode estar relacionado ao fortalecimento de universidades públicas, centros de pesquisa e políticas de incentivo à ciência



e tecnologia no estado. A curva ascendente sugere também uma possível retenção ou atração de talentos, contribuindo para o aumento da capacidade local de produção científica e inovação (Gráfico 18).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento do indicador também foi de crescimento gradual, partindo de cerca de 10,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 para 15 em 2023. A evolução

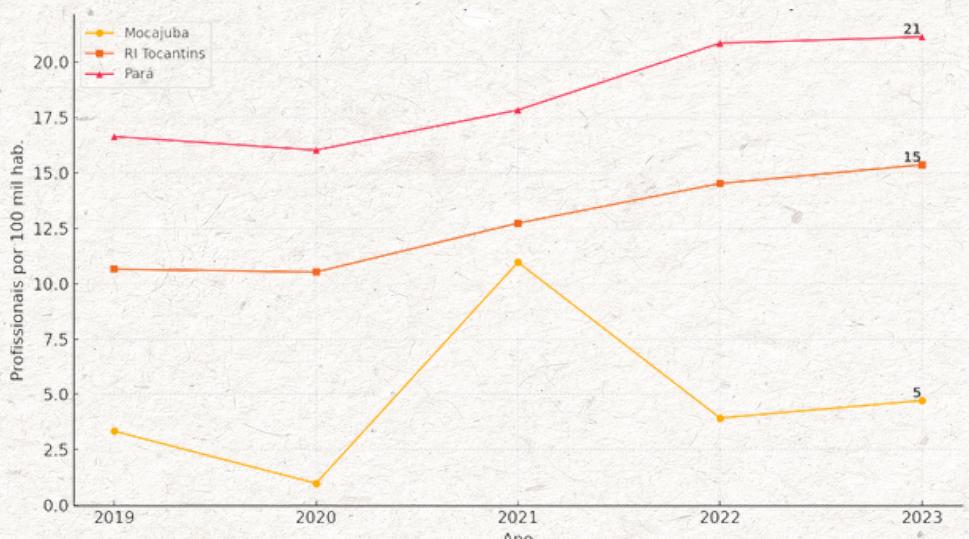
mais intensa ocorre a partir de 2020, o que pode refletir investimentos regionais em formação de capital humano e ampliação de estruturas institucionais vinculadas à ciência e tecnologia. Embora os números ainda estejam abaixo da média estadual, a RI Tocantins demonstra uma tendência positiva de inserção desses profissionais, o que pode fortalecer capacidades locais de planejamento e desenvolvimento baseado em conhecimento técnico-científico (Gráfico 18).

Mocajuba, por sua vez, apresentou trajetória bastante instável no indicador. Iniciando com cerca de 3,4 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 1,0 em 2020, saltou abruptamente para 11,1 em 2021, mas recuou nova-





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





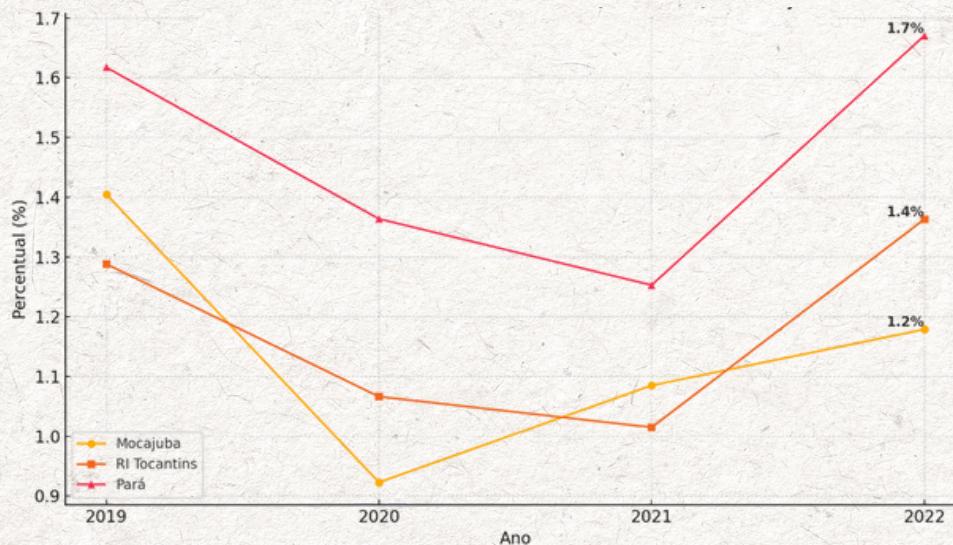
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB no estado do Pará apresentou comportamento oscilante, com leve queda nos primeiros anos e posterior recuperação. O índice caiu de 1,62% em 2019 para 1,26% em 2021, refletindo os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado formal de trabalho, com perda de empregos e contenção de salários. No entanto, em 2022 houve uma forte reversão, atingindo 1,70%, o maior valor do período. Esse crescimento pode estar associado à retomada econômica, recomposição de vínculos formais e reajustes salariais em setores estratégicos do estado (Gráfico 19).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador teve trajetória semelhante, partindo de 1,28% em 2019, atingindo o menor valor em 2021 (1,02%) e se recuperando de forma mais acentuada em 2022, quando alcançou 1,40%. A tendência acompanha o comportamento estadual, mas com menor amplitude, o que sugere que, apesar das dificuldades enfrentadas, houve relativa resiliência no mercado formal de trabalho na região, especialmente no último ano analisado. A melhora em 2022 pode refletir tanto a reativação econômica quanto políticas públicas locais de incentivo à formalização e dinamização produtiva (Gráfico 19).

Em Mocajuba, a massa salarial formal em relação ao PIB apresentou as maiores variações relativas no período. O índice caiu de 1,40% em 2019 para apenas 0,92% em 2020, indicando forte impacto da crise sobre os vínculos com carteira assinada. A partir de 2021, o indicador voltou a crescer gradualmente, atingindo 1,20% em 2022. Embora o patamar final ainda seja inferior ao de 2019, a recuperação demonstra uma reação positiva no mercado de trabalho formal do município, possivelmente impulsionada por atividades específicas ou programas de estímulo locais. No entanto, o peso ainda modesto da massa salarial formal no PIB sinaliza a persistência de informalidade ou de baixo dinamismo setorial na estrutura econômica municipal (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Entre 2019 e 2023, o estado do Pará apresentou crescimento contínuo no número de linhas móveis por 100 habitantes, passando de cerca de 79,7 para 90. Esse aumento gradual evidencia a consolidação do acesso à telefonia móvel como serviço essencial, impulsionado pela ampliação das redes de cobertura e maior acessibilidade aos planos de telefonia, mesmo em áreas menos urbanizadas. A estabilidade da curva entre 2021 e 2022 sugere que o mercado estadual se aproximou de uma saturação relativa, mantendo, ainda assim, trajetória ascendente. (Gráfico 20).

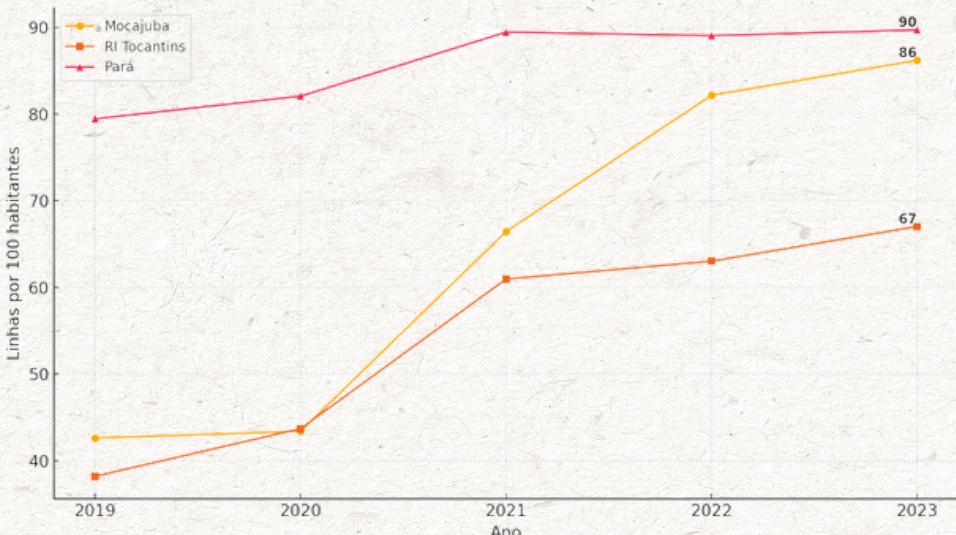
Na Região de Integração Tocantins, o avanço também foi consistente, ainda que com menor intensidade e partindo de um patamar mais baixo: de aproximadamente 38 em 2019 para 67 linhas por 100 habitantes em 2023. O salto mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, possivelmente refletindo esforços de expansão das operadoras e aumento da demanda por conectividade durante a pandemia. A recuperação progressiva da economia regional também pode ter favorecido a retomada do consumo de serviços móveis nos anos seguintes (Gráfico 20).





Mocajuba, por sua vez, apresentou um desempenho surpreendentemente positivo. Em 2019, o município registrava cerca de 43 linhas por 100 habitantes – valor inferior à média estadual e próximo da média regional. Contudo, em 2023, alcançou 86 linhas, praticamente se igualando ao patamar do Pará. O avanço mais acentuado ocorre entre 2020 e 2022, indicando forte aceleração na inclusão digital e na disseminação de dispositivos móveis. Esse crescimento pode estar vinculado à ampliação de infraestrutura, maior disponibilidade de redes 4G e programas locais voltados à conectividade em comunidades mais isoladas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

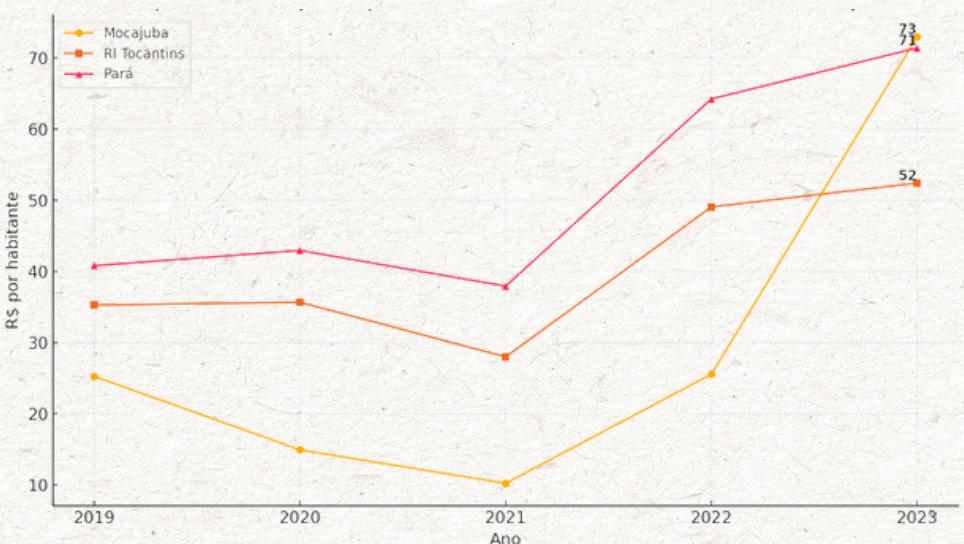
No estado do Pará, os investimentos públicos per capita em cultura e gestão ambiental cresceram substancialmente entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de R\$ 40,7 por habitante, chegando a R\$ 71 em 2023 – um aumento de mais de 74%. Após uma leve queda em 2021, observa-se forte retomada nos dois últimos anos, o que pode indicar uma priorização dessas áreas no orçamento estadual, especialmente no contexto pós-pandêmico, em que ações culturais e ambientais ganharam nova relevância para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento das identidades regionais (Gráfico 21).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução também foi positiva, com o valor per capita passando de R\$ 35,5 em 2019 para R\$ 52 em 2023. O padrão de oscilação é semelhante ao do estado, com queda em 2021 e recuperação acentuada a partir de 2022. Isso sugere que os municípios da RI acompanharam as diretrizes estaduais ou responderam a pressões locais por ampliação de investimentos nesses setores. Ainda que o patamar seja inferior à média estadual, a tendência aponta para maior institucionalização das políticas públicas voltadas à cultura e ao meio ambiente (Gráfico 21).

Mocajuba apresentou variação mais acentuada, com queda de R\$ 25,3 em 2019 para apenas R\$ 10,2 em 2021, seguida de expressiva recuperação até atingir R\$ 73 por habitante em 2023 – superando inclusive o valor estadual. Essa retomada indica uma reorientação orçamentária significativa nos últimos anos, o que pode ter sido motivado por projetos culturais específicos, fortalecimento da política ambiental ou incremento de transferências intergovernamentais destinadas a essas áreas. A trajetória sugere maior sensibilidade da gestão municipal a ciclos fiscais e programações



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



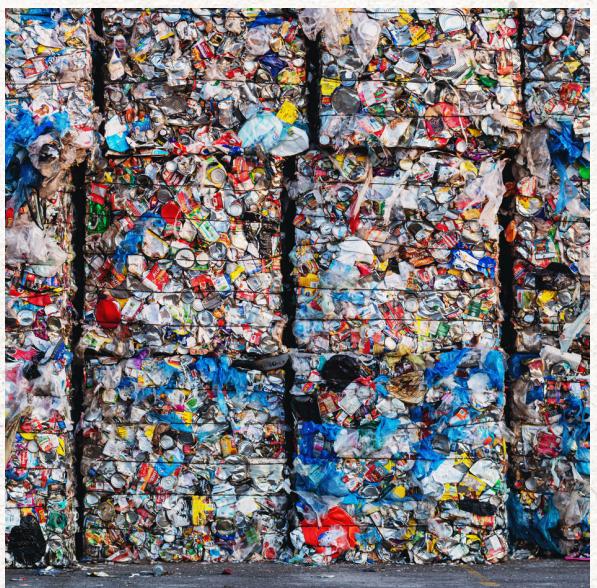
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





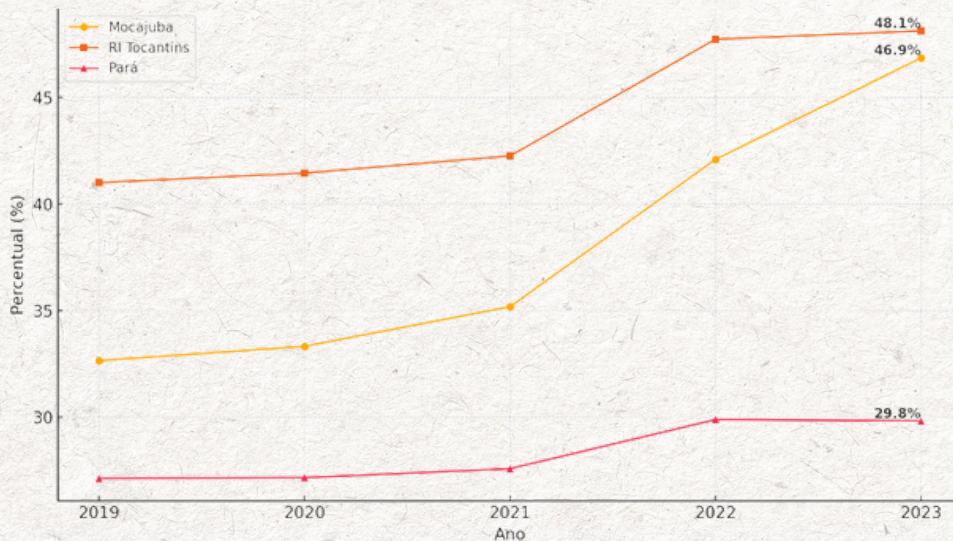
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O estado do Pará apresentou um leve crescimento no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, passando de 27,0% em 2019 para 29,8% em 2023. Apesar de sutil, esse aumento indica que, mesmo com os avanços em infraestrutura urbana em algumas áreas, o acesso regular à coleta de resíduos ainda não é universal, afetando especialmente a população mais vulnerável. A estagnação relativa do indicador ao longo do período revela uma limitação estrutural na expansão dos serviços de saneamento, especialmente em áreas rurais ou periféricas (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tocantins, o cenário é mais preocupante: o indicador já partia de um patamar elevado em 2019 (41%) e atingiu 48,1% em 2023, configurando um crescimento expressivo e contínuo. Isso sugere falhas persistentes e possivelmente agravadas na cobertura dos serviços de coleta de lixo na região, além de uma provável dependência de práticas informais e ambientalmente inadequadas para descarte de resíduos sólidos. A tendência aponta para um agravamento das condições ambientais e de saúde pública entre as populações mais pobres da região (Gráfico 22).

Mocajuba apresentou comportamento semelhante ao da RI, com elevação de 32,6% para 46,9% entre 2019 e 2023. O aumento mais acentuado ocorreu a partir de 2021, indicando um possível colapso ou redução de cobertura do serviço de coleta em determinadas áreas do município. Essa trajetória evidencia que a parcela mais pobre da população mocajubense depende majoritariamente de soluções precárias para lidar com seus resíduos, o que compromete a qualidade ambiental local e sugere carência de investimentos em gestão de resíduos sólidos e políticas de educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



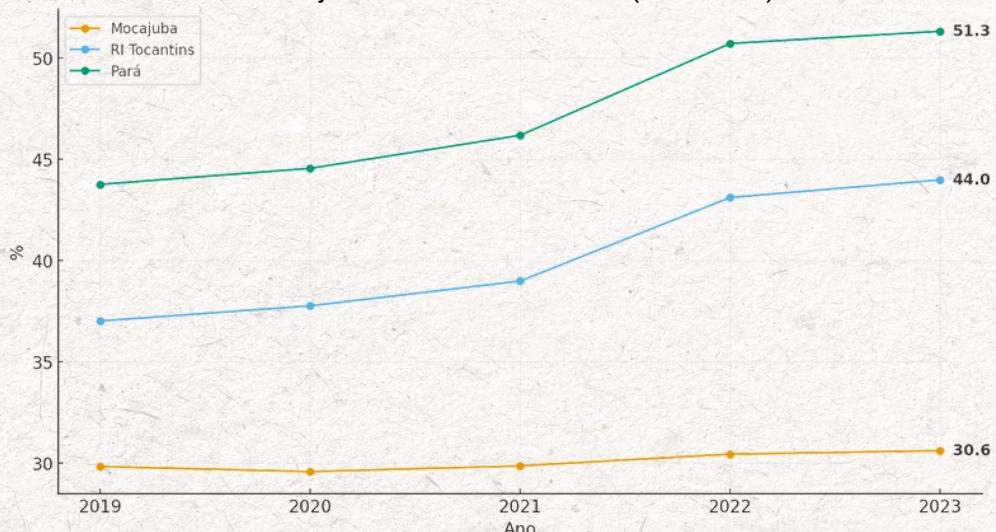
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Entre 2019 e 2023, Mocajuba manteve relativa estabilidade na proporção de população de baixa renda com fossa rudimentar. O indicador iniciou em 29,8% em 2019, apresentou leve queda para 29,5% em 2020 e voltou a subir de forma gradual até 30,6% em 2023. Essa variação de menos de um ponto percentual indica quadro de estagnação na ampliação do saneamento básico para famílias vulneráveis. Em contrapartida, a Região de Integração Tocantins registrou elevação contínua, passando de 37,0% para 44,0%, enquanto o Pará atingiu 51,3% no mes-

mo período (Gráfico 23).

A evolução de Mocajuba, embora estável, contrasta com a tendência estadual de crescimento da precariedade sanitária. Isso pode sugerir que o município apresentou relativa resiliência diante do agravamento das condições regionais de saneamento. Ainda assim, cerca de um terço da população de baixa renda permanece em situação de risco sanitário, o que reforça a necessidade de políticas de expansão da infraestrutura de esgoto, sobretudo em áreas rurais e periferias urbanas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



No estado do Pará, os gastos públicos per capita com prevenção de desastres mostraram variações expressivas ao longo do período analisado. Em 2019, o valor era de aproximadamente R\$ 260 por habitante, subindo para mais de R\$ 320 em 2020 e atingindo um pico de R\$ 426 em 2022, seguido por uma leve redução em 2023. Essa oscilação pode estar relacionada à resposta orçamentária frente a eventos extremos ou à adoção de políticas emergenciais nos anos de pandemia e mudanças climáticas, o que exigiu maiores investimentos em infraestrutura, monitoramento e planejamen-

to urbano resiliente (Gráfico 24).

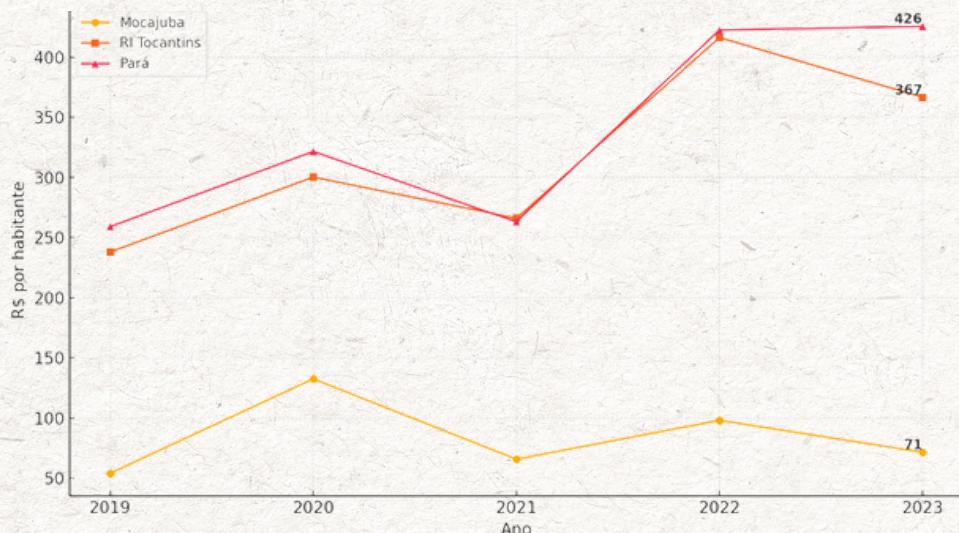
Na Região de Integração Tocantins, o padrão foi bastante semelhante ao estadual, com os gastos saltando de cerca de R\$ 240 em 2019 para R\$ 421 em 2022, antes de recuarem para R\$ 367 em 2023. A convergência dos valores entre RI e estado indica que as políticas públicas aplicadas em prevenção de desastres foram implementadas de forma relativamente homogênea, ainda que com possíveis variações na execução municipal. Essa trajetória reforça a preocupação regional com a mitigação de riscos associados a enchen-



tes, erosões, queimadas e outros eventos frequentes na região amazônica (Gráfico 24).

Em Mocajuba, os investimentos per capita foram significativamente inferiores ao padrão estadual e regional durante todo o período, oscilando entre R\$ 52 em 2019 e R\$ 133 em 2020, com posterior queda para R\$ 71 em 2023. Essa baixa aplicação de recursos sugere fragilidade institucional ou limitação orçamentária do município para enfrentar riscos ambientais e desastres naturais, o que pode agravar a vulnerabilidade local diante de eventos extremos. A ausência de tendência consistente de crescimento reforça a necessidade de maior apoio técnico e financeiro por parte das esferas estadual e federal (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 71/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

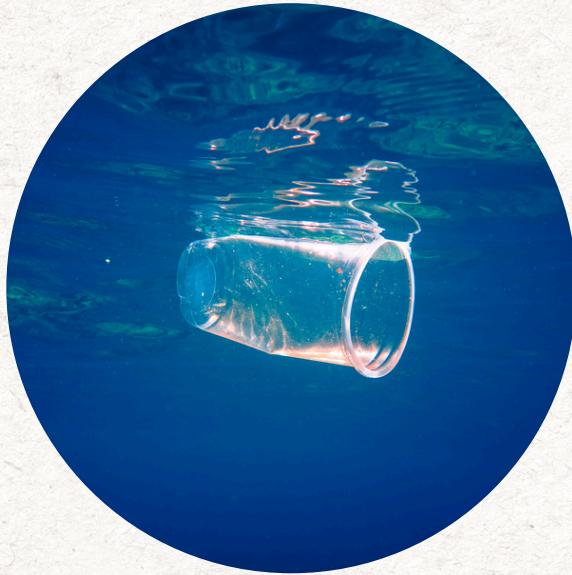
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O estado do Pará demonstrou crescimento gradual nas despesas per capita com preservação aquática, saindo de R\$ 204 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com variações leves ao longo do período. Esse aumento indica um esforço progressivo para fortalecer políticas voltadas à conservação de recursos hídricos, especialmente importantes na Amazônia devido à complexa rede hidrográfica e à relação direta entre qualidade da água e saúde pública. Ainda assim, os valores relativamente modestos indicam espaço para maior priorização orçamentária dessa agenda ambiental (Gráfico 25).



Na Região de Integração Tocantins, os investimentos per capita oscilaram mais significativamente, indo de R\$ 618 em 2019 para R\$ 876 em 2023, com picos e recuos intermediários. A amplitude desses valores sugere a realização de ações pontuais ou projetos específicos de maior escala em determinados anos, refletindo uma abordagem menos contínua e mais reativa. Ainda assim, a RI manteve-se sempre acima da média esta-

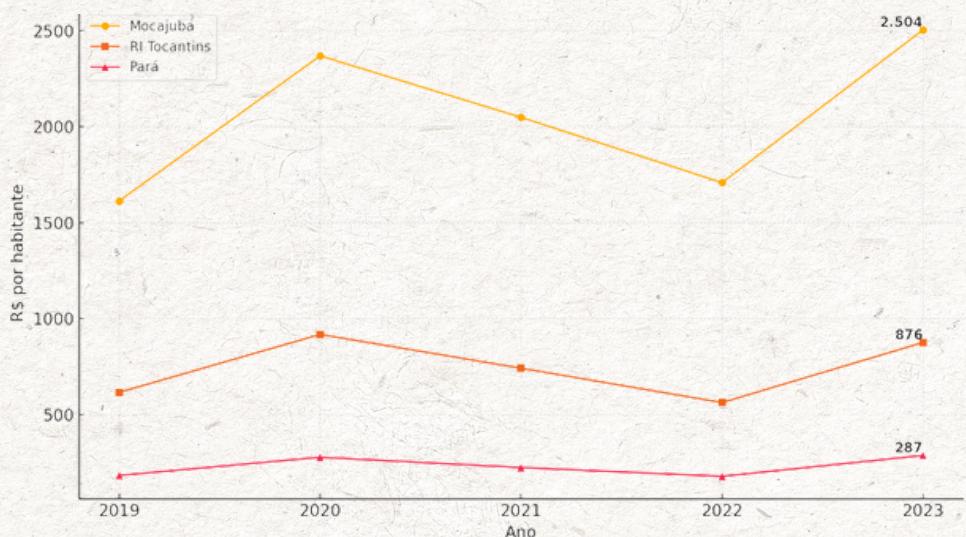
dual, o que pode demonstrar maior sensibilidade local à importância dos corpos d'água para abastecimento, pesca, transporte e prevenção de impactos ambientais (Gráfico 25).

Mocajuba se destaca de forma notável no indicador, apresentando os maiores valores de todo o recorte territorial: R\$ 1.621 em 2019, R\$ 2.381 em 2020, e R\$ 2.504 em 2023. Apesar de oscilações, os patamares são consistentes.



mente elevados, sugerindo uma forte priorização da gestão hídrica no município. Essa tendência pode estar associada à dependência direta da população local de rios e igarapés, tanto para abastecimento quanto para transporte, lazer e economia. Os investimentos elevados indicam uma política municipal robusta nesse campo, embora mereçam ser acompanhados por indicadores de impacto ambiental para avaliar sua efetividade prática (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2.504/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No estado do Pará, o percentual da área de floresta em relação à área total manteve-se relativamente estável ao longo do período, com pequena queda em 2021 (para cerca de 64,9%) e posterior leve recuperação, alcançando 65,7% em 2023. Ainda que o patamar permaneça elevado, a oscilação sinaliza a pressão constante sobre os recursos florestais, especialmente em regiões mais suscetíveis à expansão agropecuária e à extração ilegal de madeira. O dado mostra que, apesar das perdas pontuais, grande parte da cobertura florestal ainda está preservada, o que reforça a importância da manutenção de políticas de conservação (Gráfico 26).

A Região de Integração Tocantins apresentou queda ma-

is pronunciada ao longo do período. Em 2019, cerca de 42,8% da área total era coberta por floresta, percentual que caiu para 38,2% em 2022, com leve recuperação em 2023, atingindo 40,6%. Essa trajetória reflete um processo mais intenso de perda de cobertura vegetal, que pode estar associado à maior urbanização ou à expansão desordenada

de atividades econômicas. Apesar da recuperação parcial, a tendência preocupa e revela a necessidade de estratégias regionais mais eficazes de preservação e reflorestamento (Gráfico 26).

Mocajuba, por sua vez, apresentou estabilidade completa no indicador, com 15,5% de sua área total coberta por floresta ao longo de todo o período analisado. Esse dado indica que o município já possui uma cobertura florestal bastante reduzida e, portanto, com pouca margem para novas perdas. A manutenção desse patamar pode representar tanto a eficácia de medidas de controle quanto a limitação de áreas remanescentes de floresta densa. A baixa proporção florestal reforça a urgência da adoção de práticas sustentáveis de uso do solo e proteção dos fragmentos remanescentes (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O estado do Pará apresentou crescimento contínuo no percentual de área desmatada, passando de cerca de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023. Esse aumento, ainda que aparentemente moderado, representa um avanço constante do desmatamento sobre o território estadual, refletindo pressões econômicas sobre a terra, como expansão agrícola, pecuária e mineração. O indicador reforça os desafios para conter a degradação ambiental e cumprir compromissos internacionais de redução do desmatamento, especialmente no contexto da Amazônia (Gráfico 27).

Na Região de Integração Tocantins, o percentual de área desmatada oscilou de forma mais expressiva. A região par-

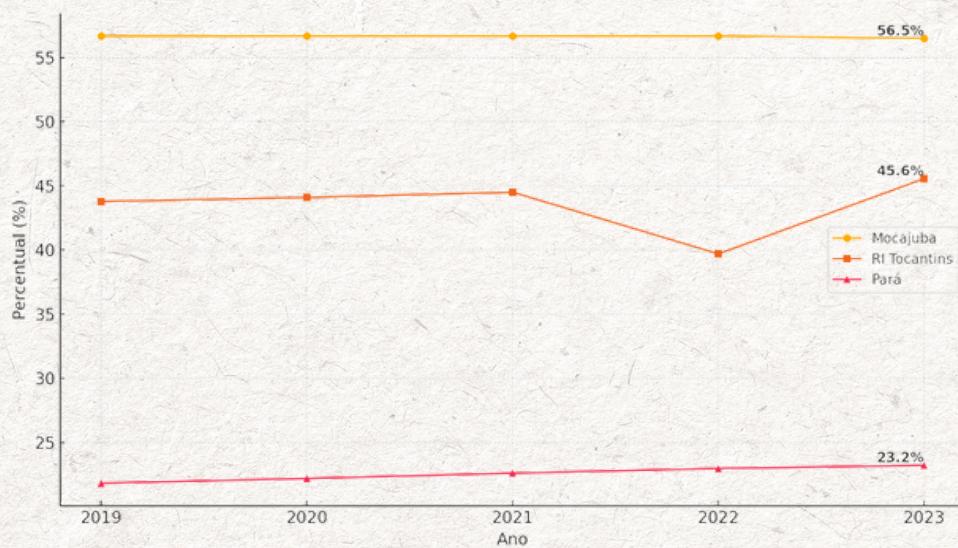
tiu de 43,9% em 2019, atingindo 44,7% em 2021, sofrendo uma queda em 2022 (40%) e voltando a crescer em 2023 para 45,6%. Essa variação indica que o território sofre flutuações conforme ciclos de ocupação e políticas públicas. O patamar elevado evidencia uma paisagem amplamente alterada, o que acarreta riscos significativos à biodiversidade, ao regime hídrico e ao microclima local, exigindo medidas integradas de ordenamento territorial e incentivo à recuperação ambiental (Gráfico 27).

Mocajuba manteve o maior percentual de área desmatada entre os três recortes, com estabilidade praticamente total: 56,5% entre 2019 e 2023. Essa constância em um nível

alto demonstra que a maior parte do território municipal já foi convertida para uso antrópico, o que limita as possibilidades de conservação e exige ações de mitigação e restauração ambiental. O elevado grau de desmatamento também pode comprometer serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação climática e a disponibilidade de água, tornando urgente o fortalecimento da gestão ambiental e o estímulo à recomposição florestal em áreas degradadas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

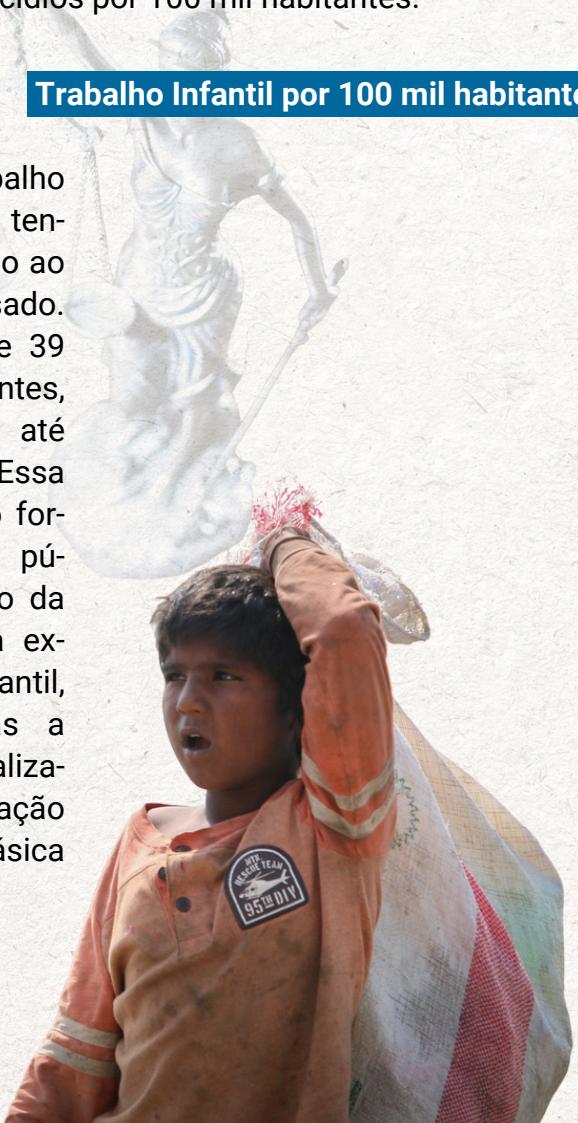
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No estado do Pará, o trabalho infantil apresentou uma tendência contínua de redução ao longo do período analisado. Em 2019, o índice era de 39 casos por 100 mil habitantes, caindo progressivamente até alcançar 11 em 2023. Essa trajetória positiva indica o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção da infância e ao combate à exploração de trabalho infantil, possivelmente associadas a programas sociais, fiscalização mais intensa e ampliação do acesso à educação básica (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

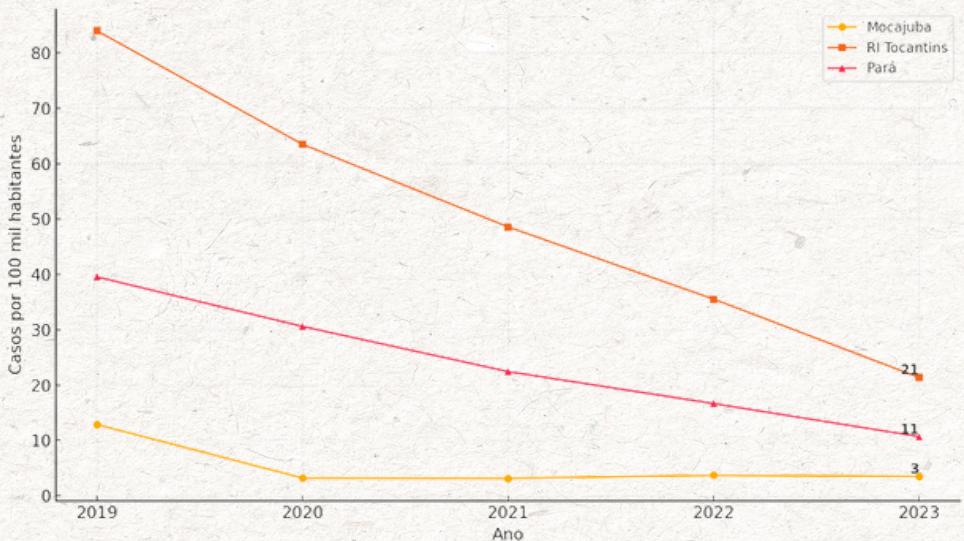
Na Região de Integração Tocantins, os dados também apontam uma queda acentuada do indicador, que despencou de 84 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 21 em 2023. Essa redução de 75% é expressiva e sugere esforços coordenados entre os municípios da região, ainda que partindo de um patamar inicialmente muito elevado. O comportamento do indicador reforça que a região enfrentava desafios graves nesse campo, mas que vem avançando significativamente em sua superação, com resultados consistentes ao longo dos cinco anos (Gráfico 28).





Em Mocajuba, o trabalho infantil já era relativamente baixo em 2019 (13 casos por 100 mil habitantes) e caiu para apenas 3 em 2023, mantendo-se estável em torno de 3 a 4 casos entre 2020 e 2022. Embora os valores absolutos sejam pequenos, o dado revela uma situação controlada do ponto de vista estatístico, o que pode refletir a efetividade de ações locais de monitoramento e políticas preventivas. No entanto, considerando a subnotificação típica desse tipo de violação de direitos, é importante manter vigilância constante, sobretudo em áreas rurais e famílias em extrema pobreza (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

O estado do Pará apresentou relativa estabilidade na taxa de homicídios ao longo do período analisado, com variação entre 38 casos por 100 mil habitantes em 2019 e 31 em 2023. Apesar da redução moderada, o patamar ainda se mantém elevado em relação a padrões internacionais de segurança pública. A oscilação da curva reflete tanto a complexidade do enfrentamento à violência letal quanto os efeitos de ações de segurança pública, reorganização de facções e variações em políticas de prevenção à criminalidade (Gráfico 29).

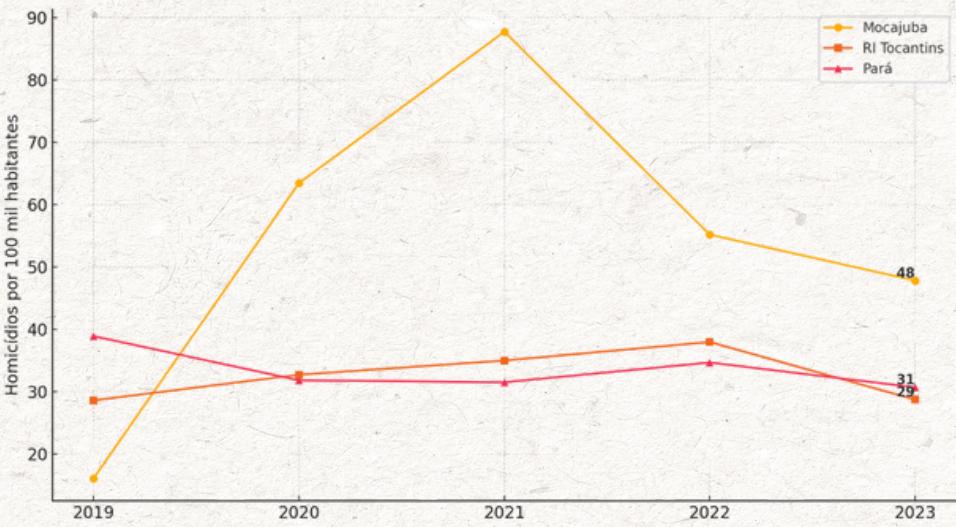
Na Região de Integração Tocantins, a taxa manteve-se em torno de 28 a 38 homicídios por 100 mil habitantes entre 2019 e 2022, caindo para 29 em 2023. A trajetória revela uma estabilidade preocupante em níveis altos, ainda que o dado final do período indique possível reversão da tendência. A violência letal na região pode estar associada a fatores como disputas por território, tráfico de drogas, fragilidade no policiamento comunitário e exclusão social persistente (Gráfico 29).

Mocajuba apresentou comportamento bastante instável e

preocupante. Em 2019, o município registrava uma taxa de 16 homicídios por 100 mil habitantes, que saltou para 64 em 2020 e atingiu o pico de 88 em 2021 – o maior entre todos os recortes analisados. Após esse ápice, houve uma redução gradual, chegando a 48 em 2023, ainda assim um número elevado para um município de pequeno porte. A explosão da violência letal no período pode estar ligada a fatores locais como conflitos interpessoais, crescimento de grupos armados ou falhas estruturais na segurança pública, exigindo a-



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

tenção urgente de políticas integradas de prevenção à violência e controle da criminalidade (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o estado do Pará apresentou crescimento gradual do gasto público municipal em relação ao PIB, passando de 10,8% para 13%. Esse aumento progressivo indica um fortalecimento da presença do setor público nos municípios, possivelmente impulsionado por transferências intergovernamentais, políticas de recuperação fiscal pós-pandemia e maior execução orçamentária em áreas prioritárias. Ainda que os percentuais sejam relativamente estáveis, a tendência é de maior participação das finanças municipais na atividade econômica estadual (Gráfico 30).

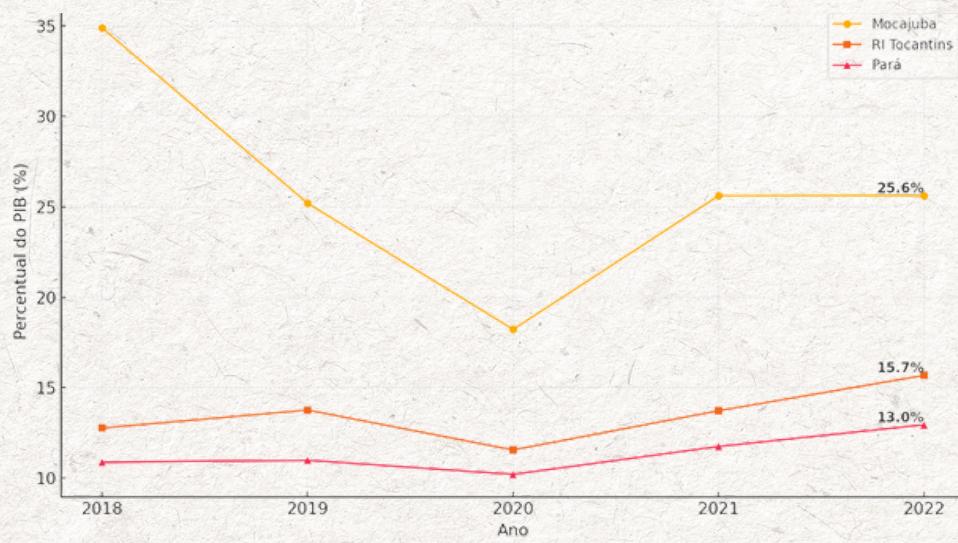
Na Região de Integração Tocantins, o indicador oscilou de forma mais acentuada. Após

uma leve alta entre 2018 e 2019 (de 12,8% para 13,8%), houve queda em 2020 (11,7%) seguida de recuperação nos dois anos seguintes, encerrando 2022 em 15,7%. Essa trajetória pode estar ligada tanto a flutuações no PIB regional quanto à variação na capacidade de arrecadação e execução de despesas dos municípios da região. A elevação mais recente sugere retomada dos investimentos públicos locais, alinhando-se ao padrão estadual, mas com maior intensidade relativa (Gráfico 30).

Em Mocajuba, os gastos públicos municipais em relação ao PIB apresentaram forte volatilidade. O indicador iniciou em patamar elevado (34,9%

em 2018), caiu drasticamente até 2020 (18,4%), e voltou a crescer nos dois anos seguintes, alcançando 25,6% em 2022. Essa variação expressiva pode refletir dependência do município em relação a transferências e execução de programas federais ou estaduais, bem como oscilações no próprio PIB municipal. A alta participação dos gastos públicos no PIB indica que a economia local é fortemente ancorada nas finanças governamentais, com menor peso da atividade privada, o que evidencia tanto o papel estruturante do poder público quanto sua responsabilidade na indução do desenvolvimento socioeconômico local (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o estado do Pará apresentou crescimento constante na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de 4,9 para 11 pontos por 100 habitantes. Esse avanço reflete a ampliação da infraestrutura de telecomunicações e a maior penetração dos serviços de internet fixa, possivelmente impulsionada por políticas públicas de inclusão digital e pela crescente demanda por conectividade durante e após a pandemia de COVID-19. A tendência ascendente indica progresso na redução da exclusão digital no estado, embora ainda abaixo da média nacional (Gráfico 31).

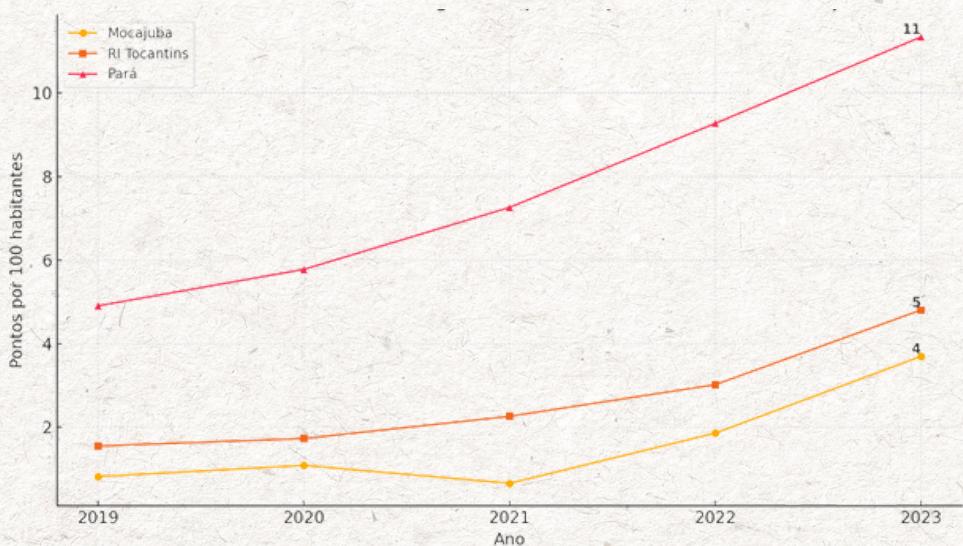
Na Região de Integração Tocantins, o indicador também

seguiu trajetória de crescimento, ainda que partindo de um patamar mais baixo. Em 2019, havia 1,6 pontos por 100 habitantes, alcançando 5 em 2023. A evolução positiva mostra que os municípios da RI vêm melhorando o acesso à internet fixa, embora a expansão ocorra em ritmo mais lento. A diferença em relação ao estado ainda é significativa, o que evidencia disparidades regionais na capacidade de oferta e infraestrutura, especialmente em áreas mais rurais ou menos atrativas economicamente para provedores (Gráfico 31).

Mocajuba teve o desempenho mais modesto entre os três recortes, iniciando em apenas

0,8 pontos por 100 habitantes em 2019 e atingindo 4 em 2023. Apesar do crescimento de quase cinco vezes no período, o município continua com acesso restrito à banda larga fixa, o que pode limitar oportunidades de educação, trabalho remoto e acesso a serviços digitais. A recuperação mais acelerada a partir de 2022 sugere um possível esforço recente de expansão da rede, mas o município ainda enfrenta desafios significativos para universalizar a conectividade fixa com qualidade. Isso reforça a importância de políticas locais de estímulo à infraestrutura digital e parcerias público-privadas para mitigar o atraso no acesso (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

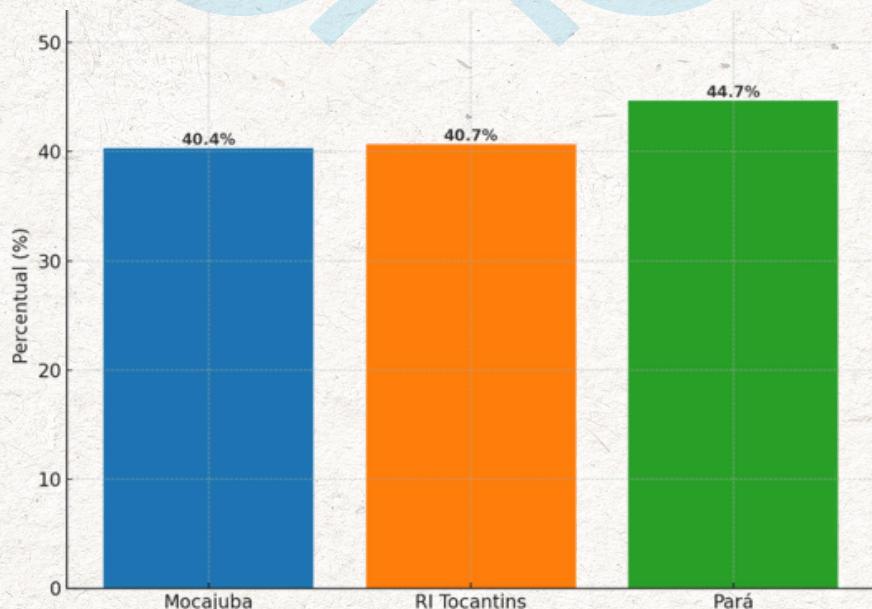
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Mocajuba** registrou um IDS de **40,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Mocajuba x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

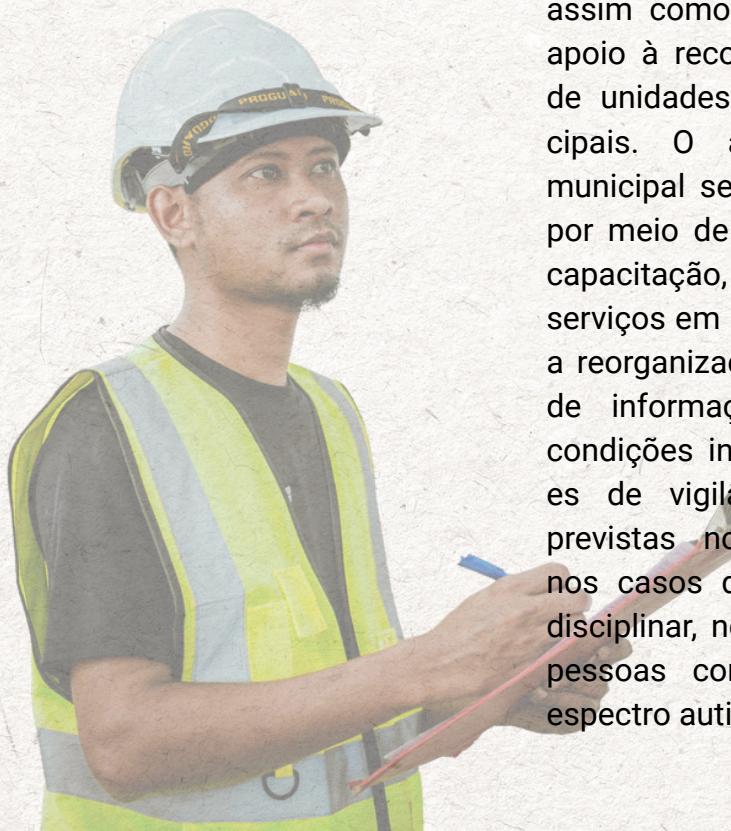
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Mocajuba na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Mocajuba e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

